Câmara possibilitando que nós aumentemos o tamanho das unidades, como nós achamos que também deveria o Minha Casa Minha Vida possibilitar fazer unidades menores, enfim, flexibilidade. **Sr. Kazuo** - Vemos que são empreendimentos importantes para atender as necessidades habitacionais da população de baixa renda aqui na cidade. Esses empreendimentos estão se implantando numa cidade onde o quadro já é deficitário, uma sugestão que eu faria e que isso tem sido considerado em outros debates também da política, do Programa Minha Casa Minha Vida é essa necessidade de articular essas ações com as outras Secretarias. Poucas vezes eu vi um esforço dessa Secretaria, dessa gestão, em tentar resolver o problema habitacional aproveitando esse esforço de tentar garimpar terreno urbano. Nesses quadros deficitários, poucas vezes eu vi um esforço para se articular com a Secretaria de Educação, com a Secretaria da Cultura, com a Secretaria de Transportes. **Sr. Ricardo** – Eu acho sua colocação extremamente pertinente e por falta de informação da nossa parte talvez possa passar uma imagem errada. No empreendimento Caraguatatuba estão desenvolvendo uma ciclovia que vai interligá-lo até duas estações da CPTM que por sua vez já se dispôs a construir bicicletário nas estações. As pessoas lá vão ter a possibilidade de deixar suas bicicletas guardadas lá pela CPTM e poder pegar o trem para ir trabalhar. Não pretendemos movimentar as pessoas de lugar em relação as suas relações já pré-estabelecidas na região, nós procuramos fazer um trabalho o máximo profissional possível, então existe muita interligação entre todas as Secretarias. **Sra. Elisabete** - Não existe nenhuma obra da Secretaria Municipal de Habitação em que não seja feita antes uma pesquisa com todas as famílias para detectar a falta de creche, posto de saúde, etc. Todos os nossos empreendimentos têm creche, posto de saúde, tem ETEC que é Escola Técnica, tem CEU que é Centro Educacional, tem escola de música. Recentemente nós fechamos um convênio com a Secretaria do Estado da Cultura para fazer bibliotecas eu gostaria de convidar os Conselheiros que visitassem os nossos empreendimentos habitacionais porque ninguém é obrigado a acreditar no que nós estamos falando, obviamente que sugestões são bem vindas. **Sr. Santoro** - Eu sou responsável pela construção de posto de saúde, equipamentos da educação, de vários outros equipamentos aqui de São Paulo. Existe um Grupo de Trabalho já formado aonde tem um membro da Secretaria da Habitação, a Maria Tereza, onde todos os empreendimentos da Secretaria da Habitação são discutidos e levados anteriormente à implantação exatamente para ter suprido a demanda quando ela for gerada. Também estamos em contato com a CDHU e já estamos fazendo uma série de empreendimentos com a CDHU, nas áreas institucionais a implantação de escolas e demais equipamentos que serão necessários. **Sr. Pedro** – Vou fazer um comentário sobre a utilização das tipologias em "H", aqueles predinhos que recorrentemente são utilizados desde os anos 60, com implantação repetida do terreno, ainda configura a idéia de um gueto habitacional porque as habitações de classe média não são projetadas dessa forma, se relacionam com a cidade de outra forma e nós temos que fazer aqueles enormes platôs para poder caber esses predinhos, com taludes que são elementos muito desurbanizadores, além de depois esses edifícios não chegam até a calçada, não chegam até a rua, estão sempre recuados, cercados de muros. Uma iniciativa como a da CDHU recente de fazer um concurso de projetos para ver o pensamento mais contemporâneo sobre esse tema imaginando que o Minha Casa Minha Vida vai ter uma vida longa ainda mais com a 2ª etapa em parceria com o Município de São Paulo que nós pudéssemos ter um arejamento, digamos, das soluções projetuais, para que nós possamos ter uma melhor qualidade nos próximos empreendimentos. **Sr. Ricardo** - A Hisae já propôs que nós refaçamos o modelo de contratação. Como tínhamos aquela limitação de 52 mil reais, acho que o viés sempre era tentar reduzir o máximo possível o custo em detrimento da qualidade. O "H" para quem não é arquiteto ele serve para iluminar umas partes do prédio, pode ser até um projetinho meio batido, mas o "H" é um tipo de projeto, mas a idéia da Hisae que nós já concordamos e pretendemos desenvolver, é que nós aprovemos os projetos antes da licitação e neste caso nós vamos contratar projetistas que se preocupem com o aspecto qualitativo como você mencionou. Para isso nós também aprovamos aqui há um tempo atrás, no Conselho Municipal, a gerenciadora mudar o escopo da contratação, isso também já está sendo cuidado agora. **Sr. André** - Só quero colocar o exemplo da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, boa parte dos projetos que são feitos pela Secretaria de Habitação tem uma interface muito grande com a área de projeto urbano da SMDU. Eles estão em integração total com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano essa interlocução está acontecendo não só na construção de equipamentos, mas também se aquela região é alvo de desenvolvimento urbano específico pela Secretaria e que a nossa colega aqui também da SP-Urbanismo, qualquer outra ação que está acontecendo dentro do perímetro de Operação Urbana tem tido uma integração muito grande entre as áreas da Prefeitura como eu não via antes. **Sra. Maria Isabel** - Não todos, mas alguns têm número de unidades e área um pouquinho maior do que, digamos, que vige a lei que tenha que ter doação de área institucional, área verde e tal, não sei como isso está sendo visto, o que nós temos para apresentar para a Caixa Econômica é a capacidade que o terreno, que o local dispõe de infra-estrutura do entorno, isso está no Plano Diretor, mas quando não temos a demanda que é da fila da COHAB, não temos esse acesso fácil para saber o que vai ter de infra-estrutura, de escola, creche, enfim, todos os possíveis serviços, uma linha de ônibus, hospital e tudo mais e isso nós tivemos grande dificuldade para obter. **Sr. Ricardo** - Existe uma diferença entre parcelamento e desdobro, eu tenho a impressão de que no site da Secretaria de Desenvolvimento Urbano nós dispusemos já diversas informações de infra-estrutura, mas, no HABISP também a Bete está falando que tem, vocês têm a liberdade de procurar a área técnica da COHAB, na pessoa da Hisae e ela vai encaminhar então, vai ter uma pessoa lá que não só pode providenciar algumas informações como pode fazer a gestão da aprovação de projetos para que vocês não tenham que ficar vindo no Martinelli com tanta freqüência. Por telefone nós estamos nos dispondo a acompanhar isso. Vamos passar para o voto 4.1, no dia 4 ou 6 de fevereiro, nós publicamos os Decretos de Interesse Social de 53 edifícios essa seleção ela partiu de um levantamento feito junto com o pessoal da FAU. Nós não podemos realmente desapropriar um prédio do INSS, então nós não incluímos esse tipo de situação no nosso Plano, vou pedir para o Arley agora dar um balanço para vocês de tudo que nós fizemos em relação a esse projeto que nós denominamos Renova Centro. **Sr. Arley** - Fizemos primeiro um estudo junto a FUPAM, no qual levantou 53 edifícios, aproximadamente 2.500 unidades foram prospectadas nesses edifícios. Depois da seleção foi feita a linha de corte, alguns critérios foram utilizados, Foi feito no dia 4 de fevereiro a publicação de todos os Decretos pelo Prefeito. A partir disso começou o trabalho de levantamento técnico, visitar prédio a prédio, conversar com o proprietário, nós queremos uma desapropriação amigável para que a velocidade do nosso processo seja melhor. Fizemos o estudo da situação fundiária, muitos desses prédios, tem muita dificuldade jurídica porque alguns são herança que já passaram por várias gerações, encontram-se em inventários ainda não fechados, tudo isso demanda muito tempo. Depois desse levantamento técnico você começa a construir a planta expropriatória, o importante é ressaltar que quem faz a avaliação de todos os prédios ou de todos os terrenos que nós estamos desapropriando é DESAP que é um departamento da Prefeitura, ligada a Secretaria dos Negócios Jurídicos. A COHAB não participa da elaboração do laudo de avaliação, precisa levar essa documentação para o Cartório, é feita a Escritura, nós assinamos essa Escritura, pagamos o proprietário e o imóvel passa a ser nossa propriedade e tem a parte que é o seguinte, não aceito, não quero, você não consegue desenrolar a questão do Inventário, alguns prédios tem dívidas, não dívidas apenas de IPTU. Uma dívida trabalhista para nossa segurança nós depositamos o valor em juízo e pedimos a homologação desse acordo ou para discussão desse valor para o juiz. Nós temos um prédio já comprado, escriturado, que ele vai servir de locação social, o primeiro estudo deu de 30 unidades. Temos aqui 7 prédios já em negociação avançada, esses 2 primeiros prédios também para locação social. Nós temos 1 prédio em suspensão, a negociação que estava muito avançada, porém dentro do Decreto de Desapropriação que regimenta isso, ele tem uma cláusula lá que diz o seguinte, você só pode fazer aquisição desse imóvel amigavelmente, era o caminho que nós estávamos fazendo, se ele estiver livre de pessoas e coisas, então esse foi suspenso por conta dessa questão, infelizmente o processo está parado. **Sr. Ricardo** - Estamos propondo que o Fundo, autorize investirmos 30 milhões em desapropriações. Do Riachuelo, estava previsto fazer com a Caixa Econômica, não pudemos fazer porque nós não tínhamos a emissão da posse, acabamos usando o dinheiro no Fundo Municipal da Habitação, então a idéia aqui é que nós usemos o dinheiro do Fundo para desapropriar e pega recurso adicional da Caixa Econômica. A Caixa Econômica ainda não tem um modelo do Minha Casa Minha Vida para prédio no Centro. O locação social que poderia atender de zero a 3 salários mínimos é um valor de investimento total, nós temos 2 primos ricos, um chama Caixa Econômica e o outro chama CDHU para ver se eles também tiram a mão do bolso e participam também do Programa, captando recursos de outras formas nós teríamos um recurso adicional para fazer as obras. **Sr. Kohara** - Essa luta da moradia no centro e nos prédios não começou agora, faz mais de 20 anos que está se discutindo, por exemplo, o Centro Gaspar Garcia nasceu com o lema do direito de morar dignamente no centro e já tem 22 anos e vários prédios foram desapropriados. Esse número de unidade já é o estudo de viabilidade, está dizendo que vai ter 92 unidades aqui no item VII ou o imóvel tem 92 unidades, pelo menos um cálculo grotesco meu está saindo mais de 100 mil só a desapropriação de cada unidade, o Item IV sai mais de 100 mil. 2 milhões dividido por 25, ou se isso vai desdobrar em mais unidades até o Item IX, já ultrapassou do 30 milhões. Outra questão importante, acho que para nós estarmos batendo nessa questão, sempre a demanda. Onde que está totalmente nos 2.500, ali nós estamos vendo 60, cento e poucas unidades para Locação Social e é importante porque o grande déficit habitacional é para a população de baixa renda e é essencial que se more na região central. Em termos de sustentabilidade urbana, tudo que se discute aqui não precisa ficar repetindo, então eu acho que é importante definir a demanda na medida em que vai também definir os recursos. **Sra. Elisabete** - O voto é para pagar a desapropriação, a demanda tem um Grupo de Demanda para discutir isso. **Sr. Benedito** - Somos favoráveis à destinação dos recursos para a compra dos prédios aqui do Centro de São Paulo. 10 milhões de reais para pagamento dos prédios no centro viria do repasse do dinheiro da EMURB, 10 milhões, do pagamento do São Vito porque como ele foi demolido, esse dinheiro voltaria para o Fundo Municipal de Habitação. Os Conselheiros aqui que são do Movimento Popular têm um compromisso com as famílias de baixa renda como nós estamos aprovando 400 e poucas unidades e nós pretendemos aprovar as 2.500, nós queremos na proporção do déficit, garantir que essas 2.500 unidades sejam atendidas, ou seja, são 82% das famílias de zero até 3 salários mínimos, para garantir o princípio da atração das famílias de baixa renda para o centro da cidade. **Sra. Elisabete** - Quem vai discutir demanda é o Grupo de Demanda para apresentar propostas para o Conselho votar. **Sr. Benedito** - Eu queria propor inclusive a rearticulação do GT Centro. **Sr. Kazuo** - Amanhã, às 9 hs da manhã, vai ter uma Audiência Pública de Orçamento da Habitação na Câmara para o próximo ano, então é bom que nós que estamos nesse Conselho acompanhar essa Audiência. Outro ponto é apesar de estar numa fase inicial ainda, é um projeto preliminar, precisa de ter maior detalhamento, mas nessa fase ainda não está clara a forma como a questão da Habitação de Interesse Social vai ser tratada, apesar de ter uma quota especial de Interesse Social que ocupa pelo menos 25%, 30% da área do perímetro. No material que foi disponibilizado em relação a essa fase do projeto, o tratamento da questão da Habitação de Interesse Social é bastante insuficiente. Eu acho que esses demais prédios que não estão ainda contemplados nessa ação precisam ser enquadrados nesse instrumento, estando ou não ZEIS. **Sra. Elisabete** - A proposta de voto é sobre recursos para desapropriação. **Sr. Abraão** - Queria propor que o GT aqui do Centro para começar discutir isso. Quero deixar claro que sou favorável ao voto da questão da desapropriação, da compra desses prédios. Pelo que eu estou vendo, pelo custo aqui desses imóveis nós temos, isso aqui eu acho que não é suficiente, acho que tem que ter de fato uma outra contrapartida para subsidiar, para essas famílias de fato de 1 salário como é que elas se enquadram ali naqueles imóveis. **Sr. Sidnei** - Eu só quero colocar aqui que eu estou olhando que é um avanço muito grande, porém quando capta ali 122 unidades para locação e sendo que 82% é de zero a 3. Eu gostaria que na próxima reunião do GT Centro pudesse deixar claro, negociação, estruturação financeira, qual serão as finalidades dos 11 empreendimentos, para que caráter vão servir esses outros empreendimentos, quais são as finalidades que nós temos dessas 2.500 unidades, De onde vai sair o recurso da CDHU, da Caixa Econômica, da Secretaria de Habitação? Qual é o tipo de Programa? **Sr. Pedro** - Gostaria de ter um esclarecimento pelo fato de que tem valores muito diversos nas desapropriações dividido por unidades, nós queríamos entender, se Locação Social são só os 3 primeiros ou os que estão em estruturação financeira também poderão virar Locação Social. O fato de que se nós formos fazer uma média, multiplicar pelas 2.500 unidades previstas, só em desapropriação seria algo como 150 milhões de reais, até mais provavelmente, e nós temos o Fundo Municipal de Habitação muito reduzido. **Sr. Maksuel** - Podemos amadurecer isso tanto no GT de Demanda de como serão viabilizadas as unidades habitacionais por famílias sobre percentuais, sobre quantos vão para Locação Social tenho certeza que nós podemos encaminhar isso dentro do GT de Demanda, e o GT Centro foi extinto?. **Sra. Elisabete** – Não apenas tem se reunido pouco. A Secretaria Executiva convoca o GT Centro e os companheiros não comparecem à reunião. **Sr. Maksuel** - Dentro dessa colocação sua acho que o GT do Centro vai voltar com força total, vai ter participação dos Conselheiros que querem discutir sobre essa questão do Renova Centro, unir os dois GTs, há uma proposta, a Nair é Coordenadora e eu sou Vice-coordenador do GT de Demanda, então nós gostaríamos de participar também do GT do Centro. **Sr. Ricardo** - Com relação ao dinheiro do São Vito ainda não foi transferido, mas será. Como essa deliberação é anterior à minha presença eu não sei maiores detalhes. Em relação à prestação de contas nós temos feito assim, já trouxemos aqui, mas eu me comprometo a nós fazermos de uma forma bem didática e tentar trazer em todas as reuniões inclusive na última reunião da Secretaria Executiva as contas foram todas exaustivamente analisadas e aprovadas. **Sra. Elisabete** - A minha idéia é usar o dinheiro nessa desapropriação no PAC. **Sr. Ricardo** - Com relação aos outros prédios, a FAU não conseguiu levantar mais nenhum prédio disponível que fosse passível de desapropriação, os outros que porventura estão vazios e nós não despropriamos, como por exemplo, o prédio do INSS, nós não temos o poder legal de desapropriar prédios da União. Todos que foram localizados pela FUPAM e mais os que a COHAB já tinha uma prospecção foram todos desapropriados. Esse valor aqui é o valor da desapropriação e de fato é um valor muito alto, nós consideremos o fator da localização. Quando anunciamos o Programa nós falamos que estávamos estimando em 400 milhões o valor total do investimento, seriam 200 milhões aproximadamente para desapropriação e 200 milhões para reforma e obviamente o número não é redondo à toa, porque é uma estimativa ainda um pouco grosseira porque nós ainda estamos numa fase muito preliminar. Esses 3 primeiros felizmente nós estamos conseguindo viabilizar para Locação Social. Nós estivemos agora visitando Projetos de Interesse Social dos Estados Unidos e lá 100% do dinheiro vem do Governo Federal, o Município apenas executa. Não estamos preocupados com as faixas de renda mais altas porque o próprio mercado pode atender, quem tem condição de pagar vai ser atendida normalmente, a nossa preocupação aqui é com quem não pode pagar. Nós também criamos outros mecanismos como o IPTU progressivo, podemos discutir tudo isso no Grupo de Demanda, mas lembrando que dependemos de dinheiro a Fundo Perdido, senão não podemos dar subsídio. **Sr. Pedro** - Só um esclarecimento sobre o Fundo do ano que vem, em relação ao montante necessário. **Sr. Ricardo** - Não entramos ainda com nenhuma desapropriação judicial de prédio no centro, nós estamos tentando amigavelmente, mas se eu não chego num acordo e preciso entrar com o judicial, o timing muda totalmente. Se precisarmos de recurso nós vamos destinar porque é um Programa prioritário. Quando o Prefeito Serra assumiu em 2005, a habitação tinha um orçamento de 250 milhões, o orçamento proposto para o ano que vem da habitação é 1 bilhão e 600 milhões, então não existe uma não priorização para habitação. O custeio da máquina, para vocês terem uma idéia, é menos de 100 milhões de reais, todo o restante nós estamos usando para investimento de várias formas. Temos prédios, para vocês terem uma idéia, que são de proprietários de 3 espólios diferentes e um dos espólios não conhece, nunca viu, nunca teve contato com os outros 2. **Sra. Elisabete** - Vamos à votação. O Conselho então aprovou por unanimidade. Vamos agora para solicitação de voto nº 24/2010. O Riachuelo está com alguns probleminhas lá, para poder regularizar ainda temos condomínio porque como eu disse a desapropriação lá atrás foi litigiosa, então nós demoramos para ter emissão na posse, o fato de nós não termos condomínio, ainda estamos fazendo a manutenção do prédio. Estamos votando 300 mil reais para correções que o Prédio Riachuelo necessita para poder ser regularizado para nós podermos comercializar e criar um condomínio. **Sr. Benedito** - Pelo que eu recebi parece que era compra de elevador, 300 mil reais, é isso? **Sra. Elisabete** - Manutenção. **Sra. Hisae** - Várias manutenções foram feitas anteriormente e não resultou num trabalho efetivo e a solução encontrada hoje é que seja feita uma remodelação e está incluso também a manutenção para os próximos 5 anos. **Sra. Elisabete** - Para aqueles que não sabem, hoje em dia não se troca mais o elevador, se remodela. Vamos à votação: 4 votos contrários, 1 Conselheiro se abstém, **(Aprovado)** Próximo voto relacionado à autorização quanto à utilização de recursos do FMH para contratação de serviços necessários a regularização dos 6 empreendimentos: Lírios do Itaim, Talara, Irmã Lucinda, Che Guevara, Parque Europa, Baronesa de Porto Carreiro. **Sra. Hisae** - São 6 empreendimentos que envolvem aí todo o trabalho de regularização que está sendo feito junto ao trabalho da Regularização Fundiária. Fundo Perdido. Toda a informação da rede, da parte de combate a incêndios precisa ser regularizado, no caso do Parque Europa que envolve o plantio de árvores. **Sr. Ricardo** - Só o recurso a Fundo Perdido porque é uma regularização, mas são empreendimentos que estão tendo retorno proporcional a renda das pessoas. Entrem no site da COHAB, experimentalmente estamos fazendo a comercialização pela Internet, foi um sucesso. É uma área lá em Cidade Tiradentes que tinha sido ocupada, nós regularizamos e agora nós estamos fazendo os contratos via Internet. **Sra. Elisabete** – Dúvidas? Então vamos à votação. Aprovado por unanimidade. **Sr. Benedito** – É o pedido de complementação e de apoio para o empreendimento habitacional Vila Patrimonial, já que a Resolução de repasse e de apoio e complementação para o Crédito Solidário e para o Minha Casa Minha Vida até 5 mil reais já foi aprovado, só que as famílias tem uma expectativa, uma vez conversado com a Caixa, com a assessoria técnica, que essa Resolução viesse a voto hoje aqui no CMH. Eu queria saber se essa Resolução vai votar. **Sra. Isabel** - A mesma questão que o Dito, tem aqui o pessoal do MOHAS que queria e está esperando, na expectativa que tivesse isso. Nos surpreendemos por não estar na Pauta, essa é a questão que eu também estaria pedindo aqui esclarecimento. **Sra. Elisabete** - o Rogério encaminhou 3 pedidos que totalizavam algo em torno de 1.500 solicitações de complementação de 5 mil reais e nós conversamos com o Rogério que estava devolvendo a solicitação pois nós não tínhamos orçamento do Fundo por conta de que estamos fechando o caixa agora para comprar os terrenos na área central. **Sr. Ricardo** - Foi iniciativa do Executivo, nós trouxemos aqui a proposta porque achamos que é uma coisa boa, se o Movimento está fazendo um empreendimento e nós podemos ajudar a viabilizar esse empreendimento, eu acho que é uma coisa saudável para o processo. **Sra. Isabel** - Que previsão temos para saber do orçamento? **Sr. Ricardo** - Nós podemos tentar trazer na reunião de janeiro. **Sr. Kohara** - O GT do Centro não foi instalado, eu mandei vários e-mails para a Secretaria Executiva. **Sra. Violêta** - Nós chamamos Kohara. **Sra. Elisabete** - A Secretaria Executiva enviará a relação de todos os e-mails enviados para todas as convocações. **Sr. Pedro** - Queria pedir ao Ricardo um esclarecimento sobre 2 matérias que saíram na Folha de São Paulo no fim do mês passado, uma delas: Prefeitura defende despejo mesmo sem o prazo de moradia. **Sr. Ricardo** - O que está entre aspas, eu confirmo, a palavra "despejo" é por conta do jornalista, eu não tenho nada a ver com isso. **Sr. Pedro** -A matéria tem a fala da Elisabete, temos que ao mesmo tempo produzir imóveis e zelar pela vida, segundo a Secretaria o serviço está mais do que catalogado, então eu só queria referendar, já que está sendo gravado aqui, porque a Prefeitura não está fazendo a sua política. **Sra. Elisabete** - Nós temos hoje 12.000 famílias em aluguel, sem lugar de risco. O jornalista não concorda que é melhor a família estar em aluguel do que estar caindo numa encosta e morrendo, isso é problema dele, inclusive o Grupo de Conflito referenda o aluguel com intervenções de organização de favelas, de loteamentos, temos também um programa no Centro. Eu tenho o meu curriculum, durmo com a cabeça tranqüila. Vocês podem ir a qualquer lugar que eu trabalho e tenho certeza absoluta que ninguém vai dizer que eu tirei a pessoa sem dar lugar para ela ficar. **Sr. Pedro** - Eu fui procurado pelos moradores da Zona Sul e me contaram que a empreiteira Santa Bárbara tem respaldo necessário para retirar moradores sem que parte delas recebessem o Bolsa Aluguel. **Sra. Elisabete** - Você marca uma reunião que teremos o maior prazer em recebê-lo. Todas as famílias recebem Bolsa Aluguel, tem uns 3 casos que deu confusão. **Sr. Ricardo** - Às vezes têm outros interesses por trás, nós somos técnicos, estamos aqui para produzir soluções habitacionais, não só dormimos tranqüilo como temos muito orgulho do que fazemos, independente do que o jornalista pense. **Sra. Nair** – O que está ocorrendo é que na época em que o PAR tinha a seleção de cadastro via site e a demanda habitacional era encaminhada pela Caixa e esta tinha o papel de selecionar a família e solicitar a documentação, não ocorreu isso. Esses cadastros permanecem até o momento suspensos. São diversas famílias, não dá para trazer aqui, então eu gostaria que vocês olhassem com mais atenção a esse cadastro suspenso, que a família não foi contemplada pelo PAR e não tem nem como acontecer. **Sr. Ricardo** - Nair, você tem razão, eu tenho falado frequentemente com a Caixa, e não sei como resolver. A análise de crédito é um atributo deles. **Sra. Nair** - Acredito que todos os Movimentos têm essa preocupação. **Sr. Benedito** -E ele está na expectativa de que vai ser atendido. **Sra. Elisabete** - Nair marca uma reunião com alguns Movimentos e vamos à Caixa com uma proposta concreta. **Sr. André** - O Grupo do Plano Municipal de Habitação, no dia 22/10 nós tivemos a reunião de apresentação com vários Conselheiros sobre o PMH foi excepcional. O SINDUSCON e o SECOVI fizeram também uma Oficina lá dentro para eles conhecerem e agora temos que ir para a fase regional. **Sr. Maksuel** - Dia 23 estou indo para Brasília, vamos ter uma reunião com o Secretario de Relações Institucionais da presidência da República, o Ministro Márcio Fortes e a Secretaria Nacional de Habitação. Nós do MSTI – Movimento Sem Terra do Ipiranga, antes de ser Conselheiro temos a luta do nosso Movimento, fizemos acampamento em frente da porta do Presidente Lula, vamos reforçar novamente o pedido, acho que é importantíssimo colocar aqui para os Conselheiros presentes. **Sr. Benedito** - A questão do Sondas, o Secretario disse que ia marcar uma reunião específica para tentar encaminhar essa questão. **Sra. Elisabete** – O Projeto de Lei foi encaminhado, mas voltou, precisa ser refeito. **Sr. Ricardo** - O Sondas é terreno Prefeitura, precisa ser desafetado. **Sra. Elisabete** – Agradece a participação de todos e encerra a reunião.

HOSPITAL DO SERVIDOR

RETIRADA DE NOTA EMPENHO

Ficam convocadas as empresas abaixo relacionadas, a retirarem as Nota (s) de Empenho, com a apresentação das cópias autenticadas dos seguintes documentos: CND, FGTS e Certidão de Tributos Mobiliários do Município de São Paulo ou declarações correspondentes, na Gerência Técnica Contábil Financeira, à rua Castro Alves, 131, 1º Andar de 2 ª a 6ª feira, das 8 às 17 horas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, (Para Processos de Dispensa/ Exclusividade/T.P./Convite e Concorrência) e 03 (Três) dias úteis, (Para Processos de Ata de RP e Pregão), a contar desta data.

EMPRESA	PROC/MOD.	N.E
CRC CENTRO DE REF EM C DE P H LTDA EPP	2011-0.042.126-9 – Dispensa	613
EUROTOP COMERCIAL LTDA	2011-0.011.660-1 – Dispensa	612
DIVERSEY BRASIL IND QUIMICA LTDA	2011-0.004.522-4 – Dispensa	608
LAZIO COM REPR E SERVIÇO LTDA	2011-0.004.522-4 – Dispensa	605
M FORMIGONI COMERCIAL LTDA	2011-0.004.522-4 – Dispensa	606
NOVA MÁXIMOS LTDA	2011-0.004.522-4 – Dispensa	611
SOMALIMP C DE P DE H E LIMPEZA LTDA ME	2011-0.004.522-4 – Dispensa	610

DESENVOLVIMENTO URBANO

Depto. de Uso do Solo - DEUSO

COMUNIQUE-SE

2010-0.236.264-0-Josué Gomes de Jesus; Local: Av. Guarapiranga, 3262; Assunto: Certidão de uso e ocupação do solo.

O interessado deverá apresentar:

1)- A Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE; Cópia do documento para as Três atividades solicitadas de uso no lote, qual seja:

- Comércio varejista de carne em geral.
- Salas Comerciais.
- Oficina mecânica.

Os documentos solicitados deverão ser apresentados no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contado a partir da publicação deste no D.O.C. O não atendimento no prazo estabelecido será considerado como desistência deste.

2010-0.295.709-1-Renalita Transportes e Turismo Ltda ; Local: Rua Francisco de Arruda nº 151; Assunto: Certidão de uso e ocupação do solo.

O interessado deverá apresentar:

1)- Cópia da escritura e do registro de imóveis **atualizado** ;

2)- Memorial descritivo da atividade desenvolvida no lote, com descrição do material utilizado, nº de funcionários, turnos de trabalho, meio de transporte utilizado para entrada da matéria-prima e distribuição de mercadorias;

3)- Data da implantação da atividade no lote.

Os documentos solicitados deverão ser apresentados no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contado a partir da publicação deste no D.O.C. O não atendimento no prazo estabelecido será considerado como desistência deste.

2009-0.295.571-0-ANTONIO CARLOS DUARTE

LOCAL: Rua Alarico Franco Caiubi, nº 710; ASSUNTO: Aprovação e Execução de Edificação Nova e Desdobro de Lote.

Tendo em vista a complementação da instrução do processo acima mencionado, o interessado deverá apresentar:

a) quadro de áreas contendo os dados referentes a cada um dos lotes resultantes do desdobro: dimensões do lote, área construída computável e não computável de cada edificação, taxa de ocupação, coeficiente de aproveitamento de lote e taxa de permeabilidade resultantes em cada lote;

b) indicação, em planta, dos recuos de frente, fundo e laterais e altura da edificação em cada lote resultante do desdobro;

c) cópia do documento de identidade do proprietário do lote localizado à Rua Muxipana, 219, contribuinte nº 082.175.0027-4.

Os documentos solicitados deverão ser apresentados no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da publicação deste no D.O.C. O não atendimento no prazo estabelecido será considerado como desistência deste.

SAÚDE

NÚCLEO TÉCNICO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE – NTCSS-SMS.G

PROCESSO: 2006-0.231.816-1

TERMO ADITIVO Nº 008/2011 do CONTRATO DE GESTÃO nº 001/2007-NTCSS-SMS

PROCESSO Nº: 2006-0.231.816-1

PARTICÍPES: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO / SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E CASA DE SAÚDE SANTA MARCELINA, QUALIFICADA COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL, COM VISTAS À REGULAMENTAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE NO ÂMBITO DA MICRORREGIÃO CIDADE TIRADENTES/GUAIANASES.

OBJETO DO CONTRATO: Operacionalização da Gestão, Apoio à Gestão e execução, pela CONTRATADA, das atividades e serviços de saúde NA MICRORREGIÃO CIDADE TIRADENTES/ GUAIANASES.

OBJETO DO ADITAMENTO: Inclusão do Plano Orçamentário para o exercício 2011.

Pelo presente instrumento, de um lado a Prefeitura do Município de São Paulo, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS/SP, com sede nesta cidade na Rua General Jardim, nº. 36– Vila Buarque, neste ato representado por seu Secretário Municipal da Saúde, JANUARIO MONTONE, brasileiro, casado, portador do RG nº 7.568.932-7, CPF nº 724.059.888-87, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado CASA DE SAÚDE SANTA MARCELINA, qualificado como Organização Social, no município de São Paulo nos autos do processo administrativo nº 2006-0.149.281-8., com CNPJ/ MF nº 60.742.616/0001-60, (Certificado de Qualificação nº 001), inscrito no CREMESP sob nº Prot. 3137, com endereço na Rua Santa Marcelina 177, Itaquera - São Paulo/SP, 08270-070 , São Paulo/SP, neste ato representado por sua Diretora Presidente SRA. ROSANE GHEDIN, brasileira, RG 19838222, CPF/MF nº 129.400.028-17, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que dispõe a Lei Federal 8080 de 19 de setembro de 1990, a Lei Municipal nº 14.132 de 24 de janeiro de 2006, bem como o disposto no artigo 24, inciso XXIV, da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, RESOLVEM firmar o presente TERMO ADITIVO ao CONTRATO DE GESTÃO nº 001/2007-NTCSS-SMS, consoante despacho autorizatório exarado no processo 2006-0.231.816-1 e na conformidade das seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O orçamento para o exercício 2011, de janeiro a dezembro é de R$109.062.870,36 (cento e nove milhões, sessenta e dois mil, oitocentos e setenta reais e trinta e seis centavos), onerando a dotação orçamentária 18.10.10.302.1111.4.125.33503900, conforme Plano Orçamentário, parte integrante deste termo aditivo.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam mantidas e inalteradas as demais cláusulas do CONTRATO DE GESTÃO Nº 001/2007-NTCSS-SMS bem como seus anexos técnicos, no que não colidirem com o presente termo.

E do que ficou convencionado, foi lavrado o presente termo em 04 (quatro) vias de igual teor, que lido e achado conforme entre as partes, vai por elas juntamente com as testemunhas assinado.

São Paulo, 01 de março de 2011.

Sra. Rosane Ghedin
Diretora Presidente
Casa de Saúde Santa Marcelina
Januario Montone
Secretário Municipal da Saúde
Testemunhas:
Nome: Nome:
RG: RG:
CPF: CPF:

imprensaoficial Autoridade Certificadora Oficial do Estado de São Paulo
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
documento assinado digitalmente
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SP
C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Autenticado por Imprensa Oficial SP, OU=Assinatura Tipo A1, OU=(EM BRANCO), OU=(EM BRANCO),
OU=ID - 772641, CN=IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SP, E=certificacao@imprensaoficial.com.br
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal
www.imprensaoficial.com.br